

Informativo Plenarium

Informativo oficial do TRE-SE | Ano XIV - nº 40 - maio de 2021



Finalização da digitalização dos processos judiciais das ZEs



FaxinaJud:

TRE-SE 99,83% de processos
sem inconsistências



**Juiz Leonardo Almeida
despede-se do TRE-SE**

Editorial

Fruto de um trabalho coordenado pela Corregedoria Regional Eleitoral de Sergipe, a Justiça Eleitoral deu mais um passo rumo à excelência dos serviços. Os 29 Cartórios Eleitorais do Estado concluíram a migração dos processos do antigo Sistema de Administração Processual – SADP para o sistema Processo Judicial Eletrônico (Pje).

A matéria de capa do informativo PLENARIUM traz depoimentos de alguns chefes de cartório, que falam sobre os benefícios proporcionados pela digitalização. Tal qual a administração do TRE-SE, a nossa revista digital reconhece o valor e prestigia o trabalho dos colaboradores, demonstrando isso, expõe algumas fotos dos servidores cartorários nas respectivas Zonas Eleitorais.

Duas matérias especiais: a primeira delas trata da marca atingida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), que alcançou o índice de 99,83% de informações aderentes (em conformidade) dentro do FaxinaJud e conquistou o 3º lugar no *ranking* nacional entre todos os TREs. O FaxinaJud identifica e corrige inconsistências, como possíveis falhas no dígito verificador com o número do processo, incoerências entre o número CNJ do processo com o ramo da justiça e tribunal, entre outros filtros que visam ao saneamento referente aos dados. A segunda matéria especial destaca o término do biênio do juiz **Leonardo Souza Santana Almeida**, que participou de sua última sessão de julgamento no dia 22 de abril de 2021. A revista PLENARIUM homenageia o ex-integrante da Justiça Eleitoral mostrando uma síntese da passagem dele pelo TRE-SE.

Na coluna ACONTECEU, lembramos os principais fatos ocorridos no âmbito da Justiça Eleitoral de Sergipe no mês de abril, a exemplo: a doação de um caminhão-baú feita pelo TRT20 ao TRE-SE; a posse do novo juiz membro do Tribunal Dr. **Marcos de Oliveira Pinto**; e o lançamento da Pesquisa de Satisfação do Cliente 2021.

Por fim, o Memória Eleitoral fala do lançamento, em 1948, do Livro "Coronelismo, Enxada e Voto". A obra foi escrita pelo ex-ministro do Supremo Tribunal Federal e professor da atual UFRJ, dr. **Victor Nunes Leal**. O termo 'coronelismo' foi criado por Victor Leal.

Boa leitura!
Equipe Ascom.



ASCOM
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO TRE/SE

PRESIDENTE

Desembargador Roberto Eugênio da Fonseca Porto

VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR REGIONAL ELEITORAL

Desembargadora Iolanda Santos Guimarães

JUÍZES MEMBROS

Gilton Batista Brito

Edivaldo dos Santos

Raymundo Almeida Neto

Clarisse de Aguiar Ribeiro Simas

Marcos de Oliveira Pinto

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

Heitor Alves Soares

DIRETOR GERAL

Rubens Lisboa Maciel Filho

ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Ricardo Augusto Ferreira Ribeiro

DRT 1037

REVISÃO

André Frossard

João Lover

Kátia Gomes

PROJETO GRÁFICO

Carolina Horstmann

Jéssica Alves

Luigi Abdias

FOTOGRAFIAS

ASCOM

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

Centro Administrativo

Gov. Augusto Franco - CENAF

Aconteceu.....	4
Digitalização dos processos judiciais das ZEs.....	7
FaxinaJud.....	12
Despedida do juiz Leonardo Almeida.....	13

Memória Eleitoral



Coronelismo, enxada e voto

Em 1948, foi publicado o livro *Coronelismo, enxada e voto*, obra escrita pelo ex-ministro do Supremo Tribunal Federal e professor da atual UFRJ, dr. **Victor Nunes Leal**.

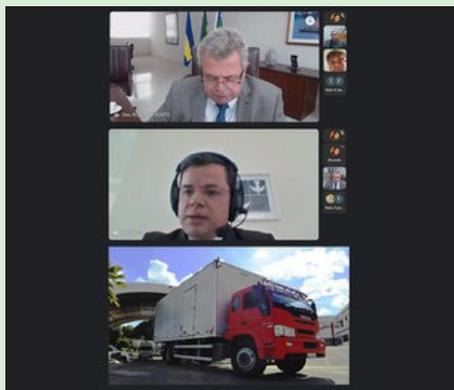
O livro é fruto da tese de concurso público para ingresso na carreira de professor no Rio de Janeiro. O conteúdo é de leitura obrigatória para os acadêmicos de Ciência Política e de História, indicado para os universitários das mais variadas áreas que desejam melhor entender o sistema político da República Velha e seus reflexos no século XXI.

Os "coronéis" eram grandes senhores de terras, que ganhavam o título por patrocinarem a Guarda Nacional. Com o início da República, a Guarda perdeu espaço gradualmente, até deixar de existir em 1922. Mas o prestígio e a influência dos coronéis continuou. Assim, eles se mantiveram como chefes políticos de áreas próximas às suas propriedades, ou das vizinhanças. Essas áreas eram chamadas de currais eleitorais.

O termo *coronelismo* foi criado por Victor Nunes Leal, que concebia o coronelismo como "resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada [...] o coronelismo é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente, os senhores de terras".

- 02 Maria Genilde dos Santos
- 05 José Sizenaldo de Almeida
- 06 Maria de Fátima Gomes Santana
- 07 Arquibaldo Evangelista dos Santos
- 07 Vinícius Tavares Fagundes Ferreira
- 08 Walter Alves de Oliveira Filho
- 09 Cristiana Lima Correia
- 09 Gustavo Alves Goes
- 09 Milene Costa Santos de Jesus
- 11 Acir Lemos Prata Junior
- 11 Dinalvo Cruz Inativo
- 12 Ana Paula Tavares de Oliveira
- 12 Caroline Valeriano Damascena
- 13 Luiz Ricardo Belém Santos
- 13 Moysés Dantas Teixeira
- 14 Lídia Almeida Santos
- 16 Maria Aparecida Rezende de Oliveira
- 17 Christiane Cavalcanti de Mello
- 17 Vânia Maria Nascimento Lima
- 19 Aline Serafim Leite
- 20 Alaim Matos Henriques Nascimento
- 20 Amanda Maria Batista Melo Souza
- 24 Marcus Vinicius de Moraes Corrêa
- 25 Lorena Ribeiro Reis Silva
- 27 Raquel Barbosa de Souza
- 28 Ana Lúcia Moura Pereira
- 28 Gicelda Côrtes Santos
- 28 Gleide Nádia Soares do Nascimento
- 28 Itana Mayra Conceição Ribeiro
- 28 Ivanildo Alves de Medeiros
- 29 Roberta Queiroz de Azevedo
- 30 Mary Jane Sales Santos
- 31 Anderson Luiz Oliveira Franca
- 31 Cátia Nunes

ACONTECEU



TRT20 doou um caminhão-baú ao TRE-SE

No dia 8/4/21, o Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (TRT20) oficializou a doação de um caminhão-baú à Justiça Eleitoral de Sergipe. O presidente do TRE-SE, Des. **Roberto Eugênio da Fonseca Porto**, e o presidente do TRT20, Des. **Fábio Túlio Correia Ribeiro**, celebraram a parceria.

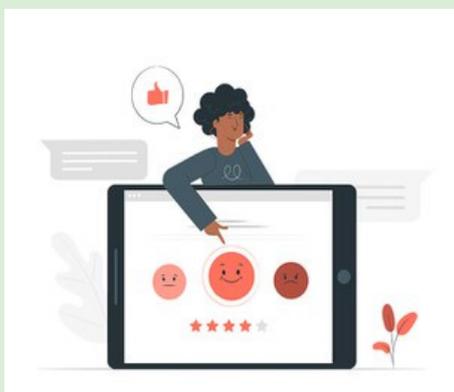
O termo de doação foi formalizado pelas autoridades durante a reunião virtual. O presidente do TRE-SE iniciou a fala agradecendo pela receptividade e pelo espírito de cooperação do dirigente da Justiça do Trabalho em Sergipe. “O caminhão, objeto de doação, será de grande valia para a Justiça Eleitoral, principalmente, durante o período de eleições”, afirmou o Des. Roberto Porto.



2ª oficina do projeto ServiDOR abordou estratégias defensivas em momentos de adversidades e sofrimento

A 2ª oficina do Projeto ServiDOR foi ministrada no dia 9/4/21 e abordou as Estratégias de Enfrentamento do Sofrimento pelo Trabalho à Luz da Psicodinâmica do Trabalho. Foram discutidos temas relacionados às estratégias defensivas em momentos de adversidade e sofrimento.

Segundo a psicóloga do TRE-SE, Dra. **Christiane Cavalcanti Mello**, “quando algo vai mal na esfera familiar, financeira, social, profissional ou da saúde, exige-se um gasto elevado de energia e a necessidade de escolhas que, muitas vezes, impactam a vida como um todo. São situações que nos levam a sair de uma zona de equilíbrio, de conforto e de controle para uma zona desconhecida, de sofrimento, dor e sentimento de desamparo”, explicou.



TRE-SE lança pesquisa de satisfação do cliente 2021

Atento à opinião do seu principal cliente, o eleitor, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), por meio da Ouvidoria Regional Eleitoral, disponibilizou a Pesquisa de Satisfação do Cliente 2021 para coletar sugestões de melhoria, críticas e elogios do público. A consulta pública teve sua primeira edição no ano de 2017 e, desde então, tem sido realizada anualmente.

Para que o eleitor e outros interessados respondam à pesquisa, o *site* do TRE-SE mantém permanentemente o *link*:

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSekzIMyaGqWr3VskGdI3vX6ml44GqN77xLiYOqwAddNMgi4Mw/viewform?edit>. É só clicar e responder espontaneamente.

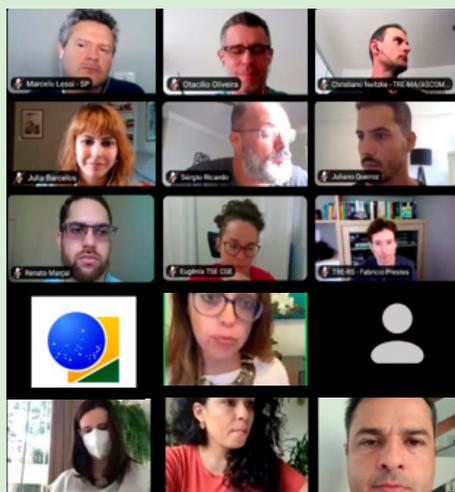
ACONTECEU



TRE-SE alcança Selo Ouro no Prêmio CNJ de Qualidade 2020

O conselheiro **Luiz Fernando Tomasi Keppen**, presidente da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ, comunicou ao Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) o resultado concernente ao recurso interposto contra a classificação atribuída pelo Prêmio CNJ de Qualidade, relativa ao ano de 2020: o recurso foi acolhido, o que elevou merecidamente o Tribunal sergipano à categoria do Selo OURO.

O presidente do TRE-SE, Des. **Roberto Porto**, destacou a competência do Regional de Sergipe salientando que todas as recentes conquistas fazem por reconhecer a dedicação coletiva do corpo funcional. E concluiu enfatizando que “os desafios são muitos, mas a certeza de alcançar o aperfeiçoamento dos serviços prestados à sociedade é o que deve permear o prosseguir”.



3ª reunião da Comissão de Reforma e Atualização dos Portais da Justiça Eleitoral

Representantes dos 27 Tribunais Regionais Eleitorais e do Tribunal Superior Eleitoral, no dia 19 de abril, em ambiente virtual, reuniram-se e deram continuidade aos trabalhos referentes à construção do novo Portal da Justiça Eleitoral.

Uma das funcionalidades do novo Portal será o mecanismo que possibilitará ao gestor de conteúdo informar, no momento da publicação, a periodicidade necessária para atualizar a página. Assim, o servidor responsável pela tarefa receberá, por *e-mail*, um comunicado que avisa se o prazo estabelecido foi extrapolado. Tudo com o objetivo de manter o *site* com informações precisas e atualizadas para atender às necessidades dos eleitores e dos demais usuários.



Pesquisa de Clima Organizacional 2021

Considerando a importância de entender a atmosfera psicológica da organização em determinado momento, o TRE-SE segue com a pesquisa de clima organizacional, que trata do conjunto de percepções que influenciam, direta ou indiretamente, o comportamento dos colaboradores, afetando, positivamente ou negativamente, os padrões de produtividade, comprometimento e motivação.

Neste ano, a pesquisa acontecerá a partir do mês de maio. Por intermédio da pesquisa de Clima Organizacional, os gestores podem identificar qual a percepção dos servidores em relação aos aspectos do ambiente de trabalho e avaliar quais os pontos estão a favorecer ou a prejudicar o desempenho. Compreendendo o sentimento dos servidores em relação à instituição, é possível minimizar a insatisfação e melhorar a qualidade de vida no trabalho e, por conseguinte, a produtividade.

ACONTECEU



Juiz Marcos de Oliveira Pinto toma posse no TRE-SE

O juiz de direito **Marcos de Oliveira Pinto** tomou posse como membro titular do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) na tarde do dia 29 de abril de 2021. Graduado em direito pela Universidade Federal de Sergipe, em 1994, com mais de 23 anos de experiência na magistratura, passou pelas comarcas de Canindé, Carira e Simão Dias. Desde o ano de 2008, é juiz titular da 12ª Vara Cível de Aracaju, destinada aos feitos da Fazenda Pública.

Em seu discurso de posse, afirmou o desejo de contribuir e de aprender com os demais membros do colegiado. Declarou ser conhecedor da difícil tarefa que é atuar na Justiça Eleitoral. Disse que já teve a oportunidade de servir (atuando na JE) na jurisdição de 1º grau por aproximadamente 11 anos, em mais de uma Zona Eleitoral, presidindo os trabalhos durante as eleições e experimentando toda a dinâmica.



Servidora do TRE-SE participa de webnário promovido pela UFS

O Núcleo de Inovação Educacional em Saúde do campus de Lagarto, da Universidade Federal de Sergipe (UFS) promoveu, no dia 28 de abril de 2021, o webnário sobre a “Participação das mulheres nos espaços de poder”, que serve como projeto de extensão para os(as) estudantes.

A convite da universidade, a servidora do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) **Lídia Cunha Mendes de Matos** foi uma das palestrantes. A outra preleitora, a doutoranda da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP) **Edna Nascimento**.



TRE-SE apresenta o Planejamento Estratégico para o ciclo de gestão 2021-2026

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) promoveu, no dia 29 de abril, a segunda Reunião de Análise da Estratégia (RAE) de 2021. O Presidente do TRE-SE, Des. **Roberto Eugênio da Fonseca Porto**, abriu a reunião virtual dando as boas-vindas a todos e ressaltou a importância do tema para a consecução de uma gestão eficiente. O encontro teve por finalidade a apresentação formal do Planejamento Estratégico para o ciclo 2021-2026.

O diretor-geral **Rubens Lisboa** explicou que o Planejamento Estratégico (ciclo 2021-2026) é fruto do trabalho conjunto entre todas as Secretarias, Comissões Temáticas do Tribunal e da Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Governança, titularizada pelo servidor **Marcelo Gerard Almeida de Andrade**. Marcelo mostrou que o Planejamento Estratégico foi estruturado em dez Macrodesafios e, dentro deles, há 20 iniciativas.

As zonas eleitorais de Sergipe já concluíram a migração dos processos do SADP para o PJe

Os cartórios eleitorais estão quase terminando a digitalização de todos os processos em arquivo físico

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) se moderniza, evolui reinventando-se de acordo com as necessidades prementes neste tempo e aproveitando os benefícios proporcionados pela tecnologia: isso está consubstanciado no sentido de melhor prestar os serviços inerentes à Justiça Eleitoral.

Com a digitalização dos processos, questões judiciais e administrativas passam a tramitar por meio eletrônico, ou seja, os processos físicos (em papel) são incorporados aos sistemas e os atos processuais são executados por meio eletrônico, utilizando-se as ferramentas (SEI, PJe).

Conforme se pronunciou o chefe da Seção de Inspeções, Correições e Estatísticas (SICOE), da Corregedoria Regional Eleitoral (CRE), **José Anderson Santana Correia**, todos os processos judiciais que tramitavam no antigo Sistema de Administração Processual (SADP) já foram migrados para o novo sistema: PJe. Todos os cartórios eleitorais (os da capital e os do interior) já concluíram esse parâmetro.

O trabalho dos cartórios eleitorais é orientado e supervisionado pela Corregedoria Regional Eleitoral (CRE), titularizada pela desembargadora **Iolanda Santos Guimarães**. A coordenadora da CRE, **Rosa Angélica Almeida Ribera**, que acompanhou de perto o trabalho de digitalização, afirmou que “o trabalho é árduo, mas estamos cumprindo as determinações com louvor. Já foi terminada a migração do SADP para o PJe, e, em breve, todas as Zonas Eleitorais finalizarão a digitalização dos processos físicos (em papel) que ainda restam”, disse Rosa Ribera.

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, desembargador **Roberto Eugênio da Fonseca Porto**, além de elogiar o trabalho dos cartórios eleitorais, comentou quão importante é o apoio da Administração do TRE-SE, liderada pelo diretor-geral, **Rubens Lisboa**, e a orientação da Corregedoria Regional Eleitoral. O serviço de modernização dos arquivos faz parte de um macroprojeto da Justiça Eleitoral de Sergipe.



Rubens Lisboa

A equipe de reportagem da Ascom compilou dados e apresenta um panorama geral sobre a digitalização dos processos. Em adição, conversamos com alguns dos(as) chefes de cartório de Sergipe, responsáveis por gerenciar localmente o trabalho de migração.



Servidores da 13ª ZE: Adenilda, Carlos Alberto, Carlos Rocha e Manoel

A 13ª Zona Eleitoral, cuja jurisdição abrange os municípios de Laranjeiras (sede), Areia

Branca e Riachuelo, foi uma das primeiras a concluir a digitalização de todos os processos físicos arquivados na sede do cartório. O chefe de cartório da 13ª ZE, **Luiz Renato Lima Bitencourt**, gerenciou os trabalhos de digitalização. Além do chefe de cartório, a 13ª ZE conta mais quatro servidores: **Adenilda da Silva, Carlos Alberto Campos, Carlos Rocha e Manoel Souza**.

Em ofício encaminhado ao presidente do TRE-SE, o juiz eleitoral titular da 13ª ZE, **José Amintas Noronha de Menezes Júnior**, agradeceu à Diretoria-Geral do Tribunal pelo apoio. “A equipe da Seção de Gestão de Documentos (SEDOC) do TRE-SE foi essencial para o sucesso da empreitada”, disse o magistrado. Os servidores da SEDOC digitalizaram processos correspondentes a 535 caixas.



Armando, Gina e Wandilson

A 5ª Zona Eleitoral também finalizou o trabalho de digitalização dos processos administrativos. A sede da 5ª Zona se encontra no município de Capela. Pertencem também a essa Zona os municípios Malhada dos Bois, Muribeca e Siriri. Está à frente dessa circunscrição a Juíza Eleitoral **Cláudia do Espírito Santo**; a chefia de cartório fica a cargo de **Najara Evangelista**.

Conforme relatou Najara: “A digitalização dos processos foi iniciada em janeiro de 2020. Concluiu-se o trabalho no dia 29 de março de 2021. Foram digitalizados os processos constantes de 291 caixas. Servidores envolvidos na tarefa: **Gina Carla Gomes Almeida** (requisitada: auxiliar de cartório); **Wandilson Lemos Rodrigues** (requisitado: auxiliar de cartório); **Armando**

Dantas Andrade (requisitado: auxiliar de cartório). A servidora **Gina Carla Gomes Almeida** digitalizou a maior parte dos processos e foi a grande responsável pelo atingimento da meta. Os servidores **Armando Dantas** e **Wandilson Lemos** atuaram dando suporte conforme a necessidade.”

A 9ª Zona Eleitoral (Itabaiana) acabou a digitalização de todos os processos constantes em seu arquivo. O trabalho foi realizado de julho de 2020 a janeiro de 2021 (aproximadamente, sete meses). Segundo, **Josefa Lourenço dos Santos** (na época, chefe de cartório), os processos físicos, agora digitalizados, ocupavam 170 caixas. Atualmente, a chefe de cartório da 9ª ZE é **Analberga Lima de Freitas**. O juiz **Pablo Moreno Carvalho da Luz** é a autoridade responsável pela 9ª ZE-SE.

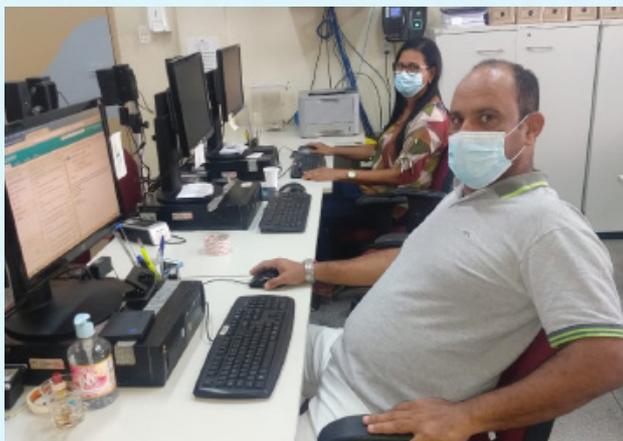
Dois servidores executaram a empreitada. Foram digitalizados processos de diversos tipos: administrativos, registro de candidatura, prestação de contas, ação penal, inquéritos, duplicidade de filiação partidária, etc. O documento mais antigo do arquivo da 9ª ZE, agora digitalizado, data de 1982, trata-se do Recurso Eleitoral nº 5296/82. “Apesar da pandemia e dos preparativos das eleições, que sempre demandam muito tempo da nossa equipe, concluímos com sucesso a digitalização”, disse Josefa Lourenço.



Anselmo Aragão

Na 8ª Zona Eleitoral, segundo o chefe de cartório, **Gusttavo Alves Goes**, já foi concluída a digitalização de todos os processos do arquivo do cartório. Está sendo finalizada a digitalização dos processos oriundos do arquivo físico referentes ao município de Canhoba (que passou a fazer parte da 8ª Zona com o rezoneamento

eleitoral ocorrido em 2017), advindos do Cartório da 3ª Zona Eleitoral. Gustavo afirmou: "Na 8ª Zona Eleitoral, os trabalhos de digitalização dos processos do arquivo físico estão sendo realizados pelo servidor requisitado **Anselmo Aragão Mota**. Esse servidor Anselmo dedica-se diariamente à digitalização dos processos. Anselmo é muito diligente e responsável. O encerramento da digitalização de todo o arquivo deve ocorrer ainda neste semestre."



Lázaro Nicolau e Maria das Dores

Na 15ª Zona Eleitoral, composta pelos municípios Neópolis (sede), Brejo Grande, Ilha das Flores, Pacatuba e Santana do São Francisco, segundo o chefe de cartório, **Alan Peixoto Daniel de Lucena**, os servidores responsáveis pelas digitalizações são **Lázaro Nicolau Ferreira** e **Maria das Dores Silva dos Santos**. "Todos os processos físicos da 15ªZE-SE em andamento foram migrados para o PJe. Quanto às digitalizações dos processos arquivados, encontram-se em andamento, apesar de estarmos com muitas dificuldades devido à circunstância de termos que limitar a quantidade de pessoal no cartório para evitar o contágio por conta da Covid-19. O magistrado responsável pela 15ª ZE é o Dr. **Rosivan Machado da Silva**."



Mônica Batista

Na 1ª Zona Eleitoral (uma das circunscritas em Aracaju), a incumbência de digitalizar os processos fica a cargo da servidora **Mônica Batista Zago**. A chefe de cartório é **Maria Carmem Souza Santos**, que declarou: "Apesar dos percalços, por conta do fechamento do cadastro eleitoral e dos preparativos para a realização das Eleições Municipais 2020, a nobre e competente servidora, Mônica Zago, digitalizou, em tempo hábil, todos os processos judiciais físicos da 1ª Zona. Logo, este Juízo parabeniza e agradece pela valiosa colaboração dedicada à Justiça Eleitoral." Comanda a ZE a juíza **Eliane Cardoso Costa Magalhães**."



Reginaldo Bispo

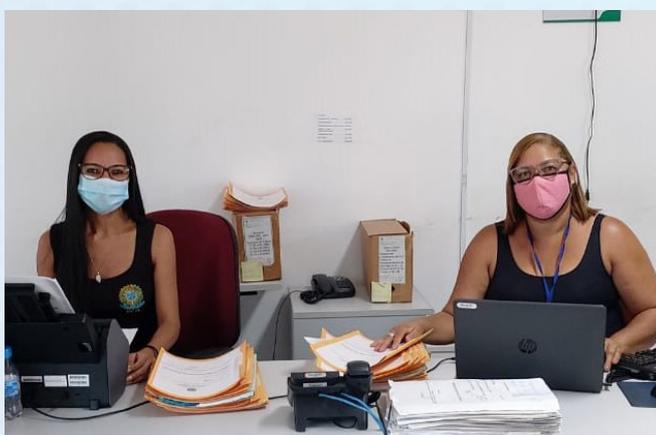
Na 31ª Zona Eleitoral, composta pelos municípios Itaporanga D'ajuda (sede) e Salgado, fica responsável pela digitalização dos processos o servidor **Reginaldo Bispo dos Santos**. O chefe de cartório é **Emanuel Santos Soares Araújo**. O juiz eleitoral é o Dr. **Gustavo Adolfo Plech Pereira**.

Na 13ª Zona Eleitoral, integrada pelos municípios Laranjeiras (sede), Areia Branca e Riachuelo, responde pela digitalização dos processos o servidor **Carlos Alves Rocha**. A chefia de cartório fica por conta de **Luiz Renato Lima Bitencourt**. Comanda a ZE o juiz eleitoral Dr. **José Amintas Noronha de Meneses Júnior**.



Genicleide, Mirttes, João e José

Na 28ª Zona Eleitoral, cujos municípios são Canindé de São Francisco (sede) e Poço Redondo, cuidam da digitalização dos processos **Mirttes Brasiliano dos Santos, José Vicente Ferreira Neto, João Leopoldo de Albuquerque Messias e Genicleide Lemos Bento**. Segundo a chefe de cartório, a analista judiciário **Rogéria Ribeiro Garcez**: “Todos os processos judiciais em tramitação foram migrados do SADP para o sistema PJe. Falta apenas um que se encontra na SJD. Em relação aos processos do arquivo, a digitalização está em andamento e logo será concluída.” O juiz titular da ZE é o Dr. **Paulo Roberto Fonseca Barbosa**.



Eliane Nery e Nilceia Cleonice

Na 23ª Zona Eleitoral, circunscrição representada pelo município de Tobias Barreto, foram incumbidas de digitalizar os processos as servidoras **Eliane Nery Pereira dos Santos e Nilceia Cleonice de Faria**. O chefe de cartório é **Vinícius Tavares Fagundes Ferreira**. Comanda a ZE a juíza eleitoral Dra. **Ana Maria Andrade Freiman Barrozo**. Vinícius declarou que foram migrados todos os processos do SADP para PJE e que ainda não acabaram a digitalização do arquivo.



Cristiano dos Santos e Paulo Gouveia

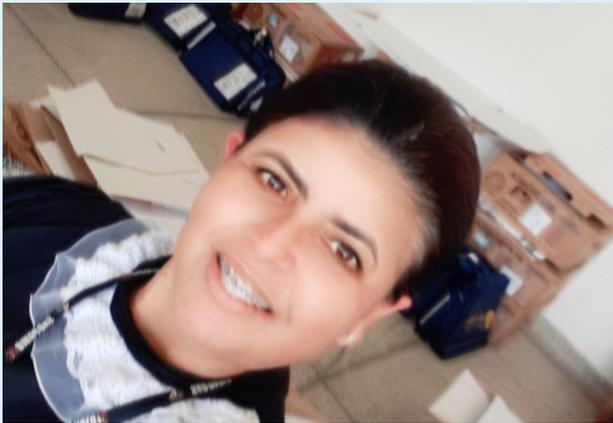
Na 18ª Zona Eleitoral, composta pelos municípios Porto da Folha (sede) e Monte Alegre, a responsabilidade pela digitalização dos processos foi destinada a **Cristiano dos Santos e a Paulo Gouveia Dória**. O chefe de cartório, **Romário Gomes Santos**, informou que os processos judiciais da 18ª ZE já foram migrados do SADP para o PJe. O juíza eleitoral é a Dra. **Fabiana Oliveira Bastos de Castro**.

Na 17ª Zona Eleitoral, que comporta os municípios Nossa Senhora da Glória (sede) e São Miguel do Aleixo, a digitalização dos processos ficou por conta das seguintes servidoras: **Juliana Leite Baptista de Meneses** (chefe de cartório), a analista Judiciária **Áurea Maria Soares Amorim** e as auxiliares de cartório **Maria do Carmo Santos e Izabele Muriell de Andrade Souza Melo**. “A 17ª Zona Eleitoral concluiu 96% da digitalização dos processos físicos arquivados nas 205 caixas do acervo arquivístico local”, disse Juliana. Responde pelo comando da ZE o juiz eleitoral Dr. **José Marcelo Barreto Pimenta**.



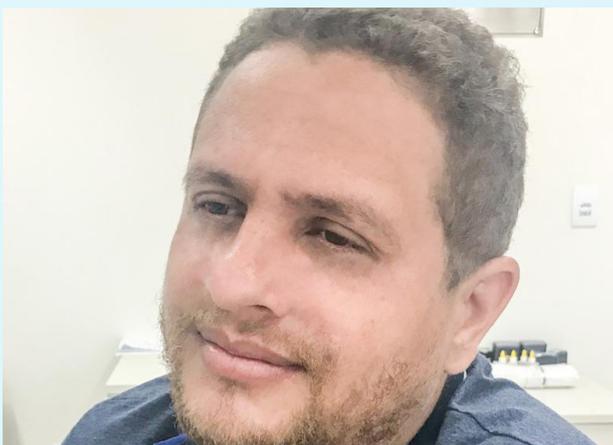
Josélia, Daniela, Maria e Edileuza

Na 11ª Zona Eleitoral, formada pelos municípios Japarutuba (sede), Pirambu e Santo Amaro das Brotas, receberam a tarefa de digitalizar os processos as servidoras **Josélia Silva Santos, Daniela Vitória Aragão Santos, Maria de Lourdes dos Santos Nascimento e Edileuza Ramos**. A chefe de cartório, Daniela Vitória Aragão Santos, confirmou que todos os processos físicos em tramitação foram migrados do SADP para o PJe. Quanto aos processos físicos arquivados, disse que restam menos de 40 caixas das 218.



Andréa da Cunha

Na 16ª Zona Eleitoral, que abrange os municípios Nossa Senhora das Dores (sede), Cumbe e Feira Nova, a digitalização dos processos ficou na incumbência da servidora **Andréa da Cunha Clementino**. O chefe de cartório é **Paulo Victor Pereira Santos da Silva**. Comanda a 16ª ZE o juíza eleitoral Dra. **Anna Paula de Freitas Maciel**.



Marcos Antônio

Na 30ª Zona Eleitoral, composta pelos municípios Cristinópolis (sede), Itabaianinha e Tomar do Geru, o encarregado da digitalização dos processos foi o servidor **Marcos Antônio Alves de Almeida**. O chefe de cartório, **Carlos Jorge Leite de Carvalho**, confirmou que nessa ZE não há mais processos tramitando no SADP, ou seja, todos

os processos sob essa jurisdição já foram migrados para o sistema Pje. Disse, ainda, que os processos arquivados, envolvendo os municípios de Cristinópolis, Tomar do Geru e Itabaianinha, estão sendo digitalizados e que logo o trabalho será concluído. É titular da 30ª ZE a juíza eleitoral Dra. **Juliana Nogueira Galvão Martins**.



Nilson Batista

Na 19ª Zona Eleitoral, integrada pelos municípios Propriá (sede), Amparo do São Francisco, Japoatã, São Francisco e Telha, ficou encarregado da digitalização dos processos o servidor **Nilson Batista dos Santos**. O chefe de cartório é **Carlos André Rodrigues Lucena**. A 19ª ZE está sob o comando do juiz eleitoral Dr. **Geilton Costa Cardoso da Silva**.

Vantagens advindas da digitalização: celeridade na localização de processos; desnecessidade de exposição dos servidores à poeira acumulada nas prateleiras e nos documentos; prevenção de incêndio ou outro infortúnio, evitando-se a perda de processos; automação, uma vez que agora, com poucos cliques, é possível encontrar um processo, tarefa que absorvia tempo considerável e aumentava a carga de trabalho.

FaxinaJud: TRE-SE atinge 99,83% de processos sem inconsistência

O sistema FaxinaJud objetiva depurar e padronizar, em âmbito nacional, os dados processuais para posterior envio ao CNJ



O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) alcançou a marca de 99,83% de informações aderentes (em conformidade) e alcança o 3º lugar no *ranking* nacional entre todos os TREs. Segundo o coordenador de registro e processamento de feitos, **Guilherme Augusto Gonçalves Muniz**, o desempenho do TRE-SE é fruto do esforço conjunto da Secretaria Judiciária, da Corregedoria Regional Eleitoral e da Secretaria de Tecnologia da Informação, com o apoio irrestrito da Diretoria-Geral e da Presidência.

O desempenho do TRE-SE foi bem significativo, divulgado no Portal de Notícias do CNJ (<https://www.cnj.jus.br/datajud-justica-eleitoral-de-sergipe-alcanca-998-de-processos-sem-inconsistencias/>).

Cerca de 250 servidores e servidoras de tribunais brasileiros participaram do 3º Webinário sobre a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud), ocorrido no dia 9 de abril de 2021. No encontro, foi apresentado o sistema FaxinaJud, plataforma que vai auxiliar os tribunais na tarefa de sanear os dados processuais encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O FaxinaJud é uma plataforma *on-line*, interativa e de código aberto. Foi desenvolvido para validar arquivos em formato XML gerados pelos tribunais

para alimentar a base de dados do Poder Judiciário. Ele identifica e corrige inconsistências: falhas no dígito verificador com o número do processo, incoerências entre o número CNJ do processo com o ramo da justiça e tribunal, processos eletrônicos ou sistemas processuais fora do padrão, entre outros filtros que visam ao saneamento referente aos dados.

O FaxinaJud fica instalado no CNJ e é disponibilizado aos tribunais por meio de um aplicativo *web*. Os tribunais executam o FaxinaJud e enviam os dados já depurados ao CNJ. As informações alimentam o DataJud, que é o sistema primário de estatísticas do Poder Judiciário. Essa base de dados vai subsidiar pesquisas futuras, como o relatório Justiça em Números.

O FaxinaJud é resultado do projeto premiado no primeiro ciclo de inovação colaborativa *CNJ Inova*, promovido em 2020 em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap). A solução foi desenvolvida tendo como base uma plataforma modular e interativa com filtros e níveis de acesso, que contempla panorama geral, mapeamento de inconsistências, validador de arquivos e verificação das correções.

O Prêmio CNJ de Qualidade foi criado em 2019, em substituição ao antigo Selo Justiça em Números, implementado desde 2013. Os critérios foram aperfeiçoados, e vários itens foram incluídos, especialmente, os relacionados à produtividade e à melhoria da qualidade referente à prestação jurisdicional. Todos os tribunais participam do Prêmio CNJ de Qualidade, incluindo os tribunais superiores, os 27 Tribunais de Justiça (TJs), os cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs), os 24 Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), os 27 Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) e os três Tribunais de Justiça Militar (TJMs) dos estados.

Conheça a trajetória do Juiz Leonardo Almeida no TRE-SE

Além de suas funções jurisdicionais, o magistrado foi diretor da Escola Judicial Eleitoral e presidente da Comissão de Combate à Desinformação nas eleições 2020



Considerado um dos mais brilhantes magistrados a ter ocupado assento no plenário do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), o ex-juiz membro **Leonardo Souza Santana Almeida** ingressou na magistratura em agosto de 2004 e incorpora vasta experiência no campo do Direito Eleitoral.

Juiz de Direito titular da 23ª Vara Cível da Comarca de Aracaju, Leonardo Almeida é professor adjunto do Departamento de Direito da Universidade Federal de Sergipe – UFS, mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e doutorando pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com a área de concentração “jurisdição constitucional e novos direitos”, desenvolve a linha de pesquisa estado democrático de direito e acesso à justiça.

A revista PLENARIUM homenageia o magistrado, que participou de sua última sessão de julgamentos, no TRE-SE, no dia 22

de abril de 2021, mostrando uma síntese da passagem dele pelo TRE-SE.

O início da missão

O magistrado tomou posse no TRE-SE no dia 23 de abril de 2019. Durante o seu biênio, além das funções jurisdicionais, Leonardo Almeida acumulou honorificamente a direção da Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe (EJESE) e presidiu o Comitê Regional de Combate à Desinformação nas eleições de 2020.

Alguns casos julgados pelo Dr. Leonardo

Para exemplificar a extensa lista de julgados sob a relatoria do magistrado, citamos três casos. No primeiro, confirmando a sentença do juízo de 1º grau, 27ª ZE, o TRE-SE condenou o político **Rodrigo Santana Valadares** ao pagamento de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) pela prática de conduta ilícita: divulgar

enquete com conteúdo que refletia o início de uma sondagem, mas sem divulgar o resultado final, buscando o próprio favorecimento. O juiz relator, Dr. Leonardo Souza Santana Almeida, examinando a legalidade da propaganda, entendeu que a referida publicação violou o princípio da igualdade de oportunidades entre os candidatos. Considerou que o pré-candidato tentou esquivar-se da responsabilidade referente às informações publicadas nas redes sociais, o que não encontra respaldo na legislação eleitoral. Trata-se de responsabilidade objetiva. “Não ocorre responsabilidade subjetiva, como pretendeu atribuir, ao dizer que não houve dolo, pois não pode ele querer auferir os bônus de uma propaganda inverídica sem arcar com os ônus que dela decorrem, mormente, em face do que preceitua o art. 40-B da Lei 9.504/95”, concluiu Dr. Leonardo.

Em outro julgado, ocorrido no dia 14 de fevereiro de 2020, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) votou, por unanimidade, pela improcedência da justificativa referente à desfiliação partidária do deputado estadual **Gilmar José Fagundes de Carvalho**, do Partido Social Cristão (PSC). De acordo com a Lei n.º 9.096/95, o político que se desfilia do partido pelo qual foi eleito, sem justa causa, perderá o mandato. O deputado estadual Gilmar Carvalho alegou que sofria represálias e discriminações políticas em razão de divergências entre ele e os líderes do partido. O PSC não se opôs à desfiliação, no entanto não concordou com a justificativa apresentada pelo requerente. Em seu voto, o relator, juiz Leonardo Souza Santana Almeida, asseverou que “as afirmações foram feitas pelo autor de forma genérica, sem a devida especificação”. Fixou o entendimento de que não houve justa causa que autorizasse a desfiliação. Considerando as provas, o relator votou pela improcedência do pedido.

Na sessão de despedida, o magistrado determinou que fossem devolvidos aproximadamente R\$ 468 mil reais aos cofres públicos. Relator do processo,

Leonardo desaprovou as contas de campanha de **Marlene Cristina dos Santos**, candidata ao cargo de deputado estadual nas eleições 2018, por caracterização de candidatura laranja. Ela deve devolver a quantia ao Tesouro Nacional em até cinco dias após o trânsito em julgado, com valores atualizados. O voto do relator foi acompanhado por unanimidade pelos membros do TRE-SE.

Experiências anteriores

Desde o ingresso na magistratura estadual sergipana, em agosto de 2004, o juiz Leonardo exerceu a jurisdição em algumas zonas eleitorais do estado. Na 26ª Zona Eleitoral, que à época abrangia os municípios de Ribeirópolis, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida e São Miguel do Aleixo, conduziu o referendo popular, que ocorreu no dia 23 de outubro de 2005, ocasião em que os cidadãos brasileiros foram instados a se pronunciar acerca da proibição ou não da comercialização de armas de fogo no território nacional.

“Em 2006, presidi as eleições gerais no município de Itabaianinha, quando pude conhecer mais de perto os desafios inerentes à condução de eleições propriamente ditos. No município de Lagarto, já no ano de 2012, atuei como Juiz Eleitoral nas eleições municipais, como sempre, acirradas, envolvendo grupos políticos tradicionais daquela localidade. Posso afirmar que essa foi a experiência mais enriquecedora, porque vivenciei todas as questões administrativas e jurisdicionais que envolvem uma eleição municipal e percebi a importância da atuação firme e equilibrada da Justiça Eleitoral para preservar a normalidade e a legitimidade das eleições”, explicou.

Escola Judiciária

A Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe (EJESE) é considerada órgão estratégico do TRE-SE. No dia 25 de abril de 2019, o ex-membro foi nomeado diretor da EJESE.

Em 2019, em apenas 7 meses de mandato à frente da Escola, foram realizados diversos cursos, ministrados por professores especializados em Direito Eleitoral.

Destaquem-se os seguintes cursos: *Atualização em Direito Processual Civil Eleitoral*, realizado nos dias 25 e 26 de julho de 2019, com 66 participantes; *Direito Processual Penal Eleitoral*, em 03 e 04 de outubro de 2019, com 57 participantes; e *Direito Eleitoral Digital*, nos dias 25 e 26 de novembro de 2019, com 80 participantes.

O tema participação feminina nas diversas esferas da vida pública brasileira também foi objeto de discussão, a exemplo, o evento *Mulheres na Política: Viabilizando Candidaturas*, realizado em parceria com a OAB/SE e a ALESE, no dia 09 de março de 2020, com 187 participantes, entre magistrados, promotores, servidores da Justiça Eleitoral, advogados e pretensas candidatas a cargos eletivos.

Ao falar sobre a EJESE, o magistrado destacou a relevância do projeto *Eleitor do Futuro*. “Esse projeto é tocado há alguns anos pelas servidoras da Escola Judiciária Eleitoral, em conjunto com outros servidores voluntários do TRE-SE. Lições de cidadania e democracia são levadas aos estudantes do nosso estado. Além disso, o Centro de Memória Eleitoral – CEMEL recebeu, antes do início da pandemia, diversas visitas de

estudantes universitários de Sergipe e do vizinho estado da Bahia”, disse.

No biênio 2019-2020, o projeto Eleitor do Futuro atendeu a quatro escolas presencialmente e a duas virtualmente (lives na rede social Instagram), totalizando 1.244 jovens alcançados. Por conta da pandemia e das restrições por ela impostas, o cronograma de palestras ficou deveras prejudicado.

Combate à desinformação

No âmbito do TRE-SE, sob a presidência do juiz Leonardo Almeida, foi instituída a Comissão de Enfrentamento à Desinformação nas eleições 2020.

“Realizamos alguns eventos, sendo o mais relevante o *I Fórum de Enfrentamento à Desinformação da Justiça Eleitoral*, em 21 de outubro de 2019, com 215 participantes, com gabaritados palestrantes, que lidaram com temas como a confiabilidade da urna eletrônica, o fenômeno da desinformação, a prevenção e a repressão a ela. Realizamos ainda, no dia 14 de maio de 2020, um *Talk Show* e a *Oficina de Checagem Lupa*, incluindo no rol de participantes jornalistas do estado de Sergipe”, lembrou.





Justiça
Eleitoral

Você é a

DEPUTADA ESTADUAL

que eu quero na
Assembleia Legislativa



www.tre-se.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral
de Sergipe



ASCOM
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO TRE/SE